COMDEDICA
Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ata Nº02/2020

Aos cinco dias de fevereiro de 2020, reuniram-se os conselheiros de direito para a plenária ordinária do mês, na sede do Centro Medianeira, sita à Rua Florêncio Câmara, Centro. Após as boas vindas dadas pela presidenta Márcia Martins, essa faz a solicitação de que se volte ao pedido da SDS feito na plenária de Janeiro, de ampliar o prazo para a APAE devolver os recursos de dois projetos analisados pela comissão de finanças, como pauta dessa plenária, o que foi aceito, pois não ficou definido prazo para devolução. Após, fez-se a leitura da Ata nr 1 de 2020, submetida a votação, foi aprovada pelos conselheiros. A presidenta pede a gestora do FMDCA, Silvia Arnold, informações sobre os saldos do Fundo, livre e destinado às captações e a relação de projetos aprovados. Também solicita o trâmite dos projetos aprovados. Silvia fala que o fluxo foi definido no decreto, com o processo de entrega dos documentos após a aprovação dos projetos. Foi colocado que não há clareza no que procedimento após ter o projeto aprovado, ficando esses recursos parados por um longo período. Também os projetos aprovados devem ser publicados no site para a visualização pelos doadores. Aqui temos uma confusão, pois a secretaria do conselho envia para publicação, mas a gestora só considera aprovado quando protocolada a documentação. O saldo do FMDCA nas três contas totaliza R$ 505.479,07 em 31 de janeiro, conforme extrato de contas apresentado. Assim, após o levantamento de várias situações pelos conselheiros, definimos que a gestora trará as informações completas para discutirmos na próxima plenária. Márcia traz o assunto -Edital da SULGAS. No edital há a solicitação da Declaração pelo Conselho de que a OSC está apta a receber recursos do Fundo, o que será fornecido, mas também solicita o número de inscrição do projeto, após ponderações, ficou estabelecida que os projetos também precisam ser avaliados para receberem a Resolução, cujo número deverá constar no documento a ser preenchido para o edital, pois o recurso será depositado no fundo, portanto as prestações de contas serão avaliadas pela comissão do Conselho e precisam estar alinhados com a política municipal da criança e adolescente. O prazo final do edital é dia 14 pv, por isso sugere-se que a comissão se reúna para avaliar e marcamos uma extraordinária para aprovação dos pareceres. Após ponderações, ficou estabelecido que a comissão avaliará na segunda próxima e a extraordinária do Conselho dia 12 próximo, às 9 horas, no Centro Medianeira. RELATO DAS COMISSÕES – a Comissão de Políticas traz os pareceres dos Planos de Ação – favorável: Casa Auxiliadora e Instituto Lenon, colocado em votação, aprovados pela plenária. Pedidos de complementação – CIEEE e PROAME. RENAPSI, comissão solicitar parecer da comissão de registro. PAUTA LEI DO CONSELHO E CONSELHO TUTELAR – marcado extraordinária para dar continuidade à avaliação e redação no dia 18 de março, às 13:30, no Centro Medianeira. FÓRUM DOS ADOLESCENTES – ainda não foi marcada a primeira plenária do ano em função das

férias escolares. Representantes presentes, informam que será proposto encontro para março. FÓRUM DCA – já foi contemplado com o assunto do Edital da Sulgás, não havendo outra demanda. CONSELHO TUTELAR – Dione traz o relato de quase um mês de mandato. Foi enviado às escolas e às Redes quem representará o CT em cada espaço. Fica decidido pelo colegiado que terá o máximo possível de representação nas plenárias deste Conselho, também relata que conversaram com as secretarias, o Hospital Centenário e a DEAM sobre a construção dos fluxos. Terá reunião com a promotora Dra. Luciana Cano sobre vagas, numa audiência concentrada, dia 7 de março, onde os dez conselheiros estarão presentes, sendo que não haverá o plantão na sede nessa data. Foi realizada a apresentação do projeto de formação continuada pela UNISINOS e aguardam as próximas datas de encontro. Próxima reunião será com a secretaria da saúde para ajuste de fluxos e em março já poderão apresentar relatório trimestral ao Conselho. Para a elaboração do Regimento Interno, aguardarão a aprovação da nova Lei, o que não poderá ultrapassar 90 dias, pela lei vigente. Ainda Dione traz a descentralização da sede dos dois conselhos, que há ainda dificuldades em diversos pontos, há a proposta de uma Casa Central para facilitar o acesso. A presidente Marcia propõem ouvir o diagnóstico e o Fórum de adolescentes no dia 18 de março, junto com a discussão da Lei, pois na legislação atual e na proposta constam duas regiões da sede. A presidente informa que no dia 11 de fevereiro a mesa se encontrará com a secretária Iara que ficou de levar o assunto do CRAI à reunião com os secretários do governo, para tratar do andamento do processo de instalação do Centro de Referência na cidade. COMITÊ DE COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS – Loreto relata que estava presente na reunião da mesa com a secretária, no dia 29 de janeiro, para o pedido de apoio da secretária Iara ao projeto do CRAI, assim como esteve na reunião do Comitê no mesmo dia. O debate terá continuidade em reunião agendada para o dia 11, na SDS. PLANO DECENAL – Fabiane e Marcela, PROAME, apresentam o diagnóstico realizado, conforme o projeto de elaboração do plano. Também lembra que foi solicitado o projeto de publicação, já pré aprovado o valor de R$ 30 mil. - Serão 3 ações: Produção do diagnóstico da realidade de crianças e adolescentes, publicação impressa e on line e lançamento do diagnóstico de junho a novembro. Márcia sugere que a o projeto seja avaliado pela comissão, com os demais que serão avaliados para o edital sulgas, portanto avaliando e aprovando na plenária extraordinária, sendo acolhido pela plenária a proposta. Fabiane relata a dificuldade de se conseguir dados sobre crianças e adolescentes, pois não há a “tradição” de ter acompanhamento dos casos. O Cadúnico não dialoga com os demais dados – secretaria da saúde e educação. O debate por parte dos conselheiros foi longo, pois os números revelam uma realidade na qual é necessário nos debruçarmos para analise, pois a demanda apresentada precisa de políticas qualificadas, alguns serviços estão sobrecarregados e outros dizem atender a demanda. Entretanto os dados revelam outra realidade. Pela complexidade dos dados apresentados não foi possível concluir a análise. Ficando para a plenária de Março a continuação do tema, pois não se esgotou. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária, da qual, para constar, eu, Rejane Bottega Victoria, lavrei a presente ata.